

---

**PAULO GURGEL VALENTE**

*CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO CERTIFICADO PELO IBGC*

# FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO

**UM ROTEIRO PRÁTICO PARA O BNDES, IFC,  
FINEP E OUTRAS INSTITUIÇÕES**

PREFÁCIO DE *JOSÉ PIO BORGES*

APRESENTAÇÃO DE *JOÃO LUIZ M. SABOIA*

---



**ALTA BOOKS**

EDITORA

Rio de Janeiro, 2019

# Sumário

<b>Introdução à segunda edição</b> .....	1
<b>Introdução à primeira edição</b> .....	7
<b>CAPÍTULO 1 - FONTES DE FINANCIAMENTO DE UMA EMPRESA</b> .....	15
1. Necessidade de recursos .....	17
2. Busca do equilíbrio na estrutura patrimonial ....	18
3. Por que financiamento de longo prazo?.....	19
4. O papel do consultor .....	20
<b>CAPÍTULO 2 - AS INSTITUIÇÕES: BNDES, IFC, FINEP E AGÊNCIAS DE FOMENTO</b> .....	21
1. O financiamento de longo prazo no Brasil.....	23
2. O BNDES .....	24
3. Outras instituições de fomento.....	28
<b>CAPÍTULO 3 - O FINANCIAMENTO NO BNDES</b> 53	
1. Visão geral.....	55
2. O que é financiável .....	56
3. O que não é financiável.....	58

## FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO

4. Quem pode obter os financiamentos.....	59
5. Classificação do porte das organizações .....	61
6. Formas de apoio financeiro .....	62
7. Principais produtos e programas.....	67
8. Outros produtos.....	70
<b>CAPÍTULO 4 - ROTEIRO PARA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO .....</b>	<b>73</b>
1. Enquadramento.....	76
2. Análises das informações .....	79
3. Contratação e Desembolsos .....	82
4. Prazos.....	83
5. Garantias .....	85
6. A participação do BNDES .....	86
<b>CAPÍTULO 5 - CUSTOS DO FINANCIAMENTO .....</b>	<b>89</b>
1. Taxa de juros .....	91
2. Custo básico: a nova TLP .....	93
3. Comparativo TJLP, CDI, IPCA, NTN-B .....	97
<b>CAPÍTULO 6 - ESTUDO DE VIABILIDADE DO PROJETO: UM EXEMPLO PRÁTICO .....</b>	<b>99</b>
1. Principais variáveis .....	101
2. Exemplo de estudo de viabilidade .....	107
<b>Conclusão.....</b>	<b>111</b>
<b>Anexo - Cronologia BNDES.....</b>	<b>115</b>
<b>Anexo - Nova TLP.....</b>	<b>179</b>

---

# **FONTES DE FINANCIAMENTO DE UMA EMPRESA**

---

---

## 1. NECESSIDADE DE RECURSOS

Empregar capital próprio, em geral, acarreta custos maiores do que a utilização de capital de terceiros, se estes forem contratados a juros inferiores ao rendimento de aplicações de curto prazo, como reserva de capital de giro. Para chegar a esta conclusão, a empresa deve saber interpretar a estrutura de seus demonstrativos financeiros, aferindo perfis de liquidez e endividamento, fundamentais para o equilíbrio da empresa pretendente ao financiamento.

Os demonstrativos financeiros de uma empresa possibilitam diversas interpretações; uma que consideramos muito proveitosa refere-se ao balanço patrimonial, que entende o Ativo como sendo o conjunto de bens e direitos que a empresa possui, enquanto o Passivo e o Patrimônio Líquido podem ser compreendidos como o conjunto de obrigações devidas a terceiros (Passivo) e aos acionistas (Patrimônio Líquido). De outra forma, a maneira pela qual a empresa financia seus Ativos pode ser encontrada a partir da análise do que está do outro lado do Balanço, isto é, o somatório de seu Passivo com o Patrimônio Líquido.

Assim, o caixa inicial, o estoque de matérias-primas, as instalações e o maquinário, em se tratando de uma empresa industrial, por exemplo, podem ter sido adquiridos tanto com capital aportado pelos acionistas como, também, por créditos dos fornecedores de matéria-prima, dos construtores imobiliários e dos fabricantes de bens de capital.

As empresas podem ainda necessitar de recursos para o desenvolvimento de novos projetos para financiar o capital de giro — em função do ciclo de negócios e o descompasso entre pagamentos e recebimentos habituais — ou ainda na forma de reservas para eventuais emergências.

Não sendo suficientes nenhuma dessas fontes — o capital próprio, os créditos comerciais, imobiliário ou de fornecedores (*supplier's credit*) — as necessidades terão de ser cobertas por capital financeiro de terceiros, isto é, de não acionistas. Neste momento é que chegaremos às instituições financeiras, os bancos.

É importante ressaltar a diferença entre “empréstimo” e “financiamento”, pois os recursos que são oriundos dos empréstimos não possuem uma destinação específica, o que não ocorre no financiamento. Em linhas gerais, enquanto no empréstimo o tomador não fica vinculado a utilizar os recursos a um determinado fim, tendo liberdade para utilizá-los conforme sua necessidade financeira, na modalidade do financiamento o tomador recebe recursos que deverão ser utilizados para um objetivo previamente acordado com o agente financiador.

---

## 2. BUSCA DO EQUILÍBRIO NA ESTRUTURA PATRIMONIAL

Como vimos, se há insuficiência de capital próprio, uma saída é a contratação de financiamentos amortizáveis em longo prazo, compatíveis com o fluxo de caixa da empresa.

A apresentação tradicional dos demonstrativos financeiros, na parte de Ativos e Passivos, pode ser entendida pela leitura, de cima para baixo, nas linhas respectivas, como uma primeira expressão de tentativa de equilíbrio: de um lado, as contas do Ativo, como caixa e bancos, contas a receber, estoques e demais disponibilidades; de outro, as do Passivo reúnem, como contrapartida, as contas a pagar em geral, sejam de fornecedores, pessoal, impostos, empréstimos, financiamentos, etc.

Se quisermos examinar um primeiro equilíbrio a ser buscado, o Ativo Circulante deverá ter o Passivo Circulante como financiador.

Quanto ao Permanente ou Imobilizado, sejam instalações industriais, prédios ou máquinas, esses devem idealmente ser financiados pela contrapartida, exibida no Passivo, de financiamentos de longo prazo ou pelo Patrimônio Líquido, isto é, o capital próprio dos acionistas.

Neste ponto evidencia-se a função do fluxo de caixa da maioria dos projetos industriais ou comerciais: os investimentos em ativos imobilizados têm retornos mais lentos e são contabilmente *depreciados*, sendo o

custo de aquisição diluído, segundo critérios técnicos, ao longo do recebimento das vendas da empresa. Assim, já se distinguem dois elementos importantes na obtenção de financiamentos: o prazo, que deve ser compatível com o retorno que se espera das receitas advindas da colocação em funcionamento da operação da empresa, e o custo do financiamento, que deve guardar proporção de equilíbrio com os desembolsos totais, sob pena de prejudicar os demais pagamentos:

Ativo		Passivo	
Bancos		Fornecedores	
Contas a receber		Financiamentos	
Estoques		Impostos	
		Pessoal e encargos	
Permanente		Financiamento de longo prazo	
	Prédios	Patrimônio líquido	
	Máquinas		Capital
			Lucros
<b>Total</b>		<b>Total</b>	

### 3. POR QUE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO?

Já vimos que o financiamento é necessário para suplementar o capital, e que o longo prazo é indispensável para que o fluxo de caixa entre receitas, a amortização do financiamento e os juros e demais encargos estejam em equilíbrio.

Como vimos, para os itens do Ativo Circulante, é comum obter-se financiamento dos próprios fornecedores, pois são, em geral, compromissos de recebimentos e pagamentos concentrados em poucos meses (contabilmente até 360 dias, mas deveriam estar concentrados em sua maior proporção nos 60 ou 90 dias mais próximos do dia do balanço). Este é um dos pontos que a empresa que pretende pleitear financiamento deve, desde logo, levar em conta, o que veremos em detalhes mais adiante; e isso deve

estar muito claro no quadro de Usos e Fontes do projeto, que vai detalhar onde se investirá e quais as origens dos recursos.

A utilização do capital de terceiros guarda alguns benefícios em relação ao capital próprio, como o não comprometimento inicial da totalidade do patrimônio dos acionistas, menor exposição a risco, disponibilidade de recursos, menor custo, manutenção da diversificação do portfólio de investimentos dos acionistas, etc.

---

#### 4. O PAPEL DO CONSULTOR

O BNDES ou demais instituições de fomento não indicam consultores para as empresas que desejam ingressar com um pedido de financiamento. Cabe às empresas considerar a eventual contratação desses profissionais especializados, diante de sua disponibilidade de tempo e equipe interna para realizar a tramitação do projeto por conta própria ou buscar o auxílio de profissionais experientes.

Seja por conta própria ou via consultores, um projeto de financiamento deve ser realizado com muita transparência e eficiência na coordenação do fluxo de informações e documentos demandados pelas instituições financeiras. A presença de um profissional com esse perfil coloca à disposição da empresa um especialista no assunto, sem interferir no dia a dia da empresa, que teria de realocar seu pessoal interno para esta tarefa que demanda disponibilidade de tempo, conhecimento técnico e permanente atualização em razão das constantes alterações das políticas operacionais das instituições financeiras.

Vale destacar que os honorários dos consultores também podem ser incluídos como uma rubrica do Quadro de Usos e Fontes do projeto, pois o BNDES ou o agente repassador classifica essa despesa como estudo de viabilidade, ou estudo técnico do projeto, sendo passíveis de financiamento a longo prazo, isto é, o valor dos honorários dilui-se ao longo do cronograma de desembolsos do projeto.



---

# **AS INSTITUIÇÕES: BNDES, IFC, FINEP E AGÊNCIAS DE FOMENTO**

---

---

## 1. O FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO NO BRASIL

A tradição bancária brasileira, num ambiente de alta inflação na casa de dois dígitos — do qual só nos livramos com o Plano Real, em 1994 —, impedia as instituições de apostar em seu cliente no longo prazo, diante do predominante cenário de incerteza; se colocarmos essa posição na linha do tempo, desde 1952, ano de criação do BNDES, a única linha de financiamento disponível para o longo prazo era oferecida pelo próprio BNDES, e, eventualmente, quando do financiamento da compra de bens de produção importados.

Essa modalidade fundamental de crédito foi viabilizada com a instituição da “correção monetária”, criada pela política econômica a partir de 1964, a qual tinha a intenção de repor o valor aquisitivo da moeda. Registra-se que essa correção monetária, ao mesmo tempo em que foi a salvação da poupança popular e viabilizou financiamentos, também foi, pelo abuso e descontrole da economia, a indutora da hiperinflação brasileira, pela chamada “inércia inflacionária” ou inflação gregoriana, assim denominada porque os preços também mudavam simplesmente porque a folha do calendário era virada, e os agentes do mercado toleravam esta prática.

Mas nem assim foi tranquilo o período em que vigorou a “correção monetária”. Para transmitir segurança aos empresários brasileiros, essa correção para financiamentos, durante algum tempo, foi limitada a 20% ao ano, mesmo nos anos em que a inflação atingisse 50% ou 100%. Essa limitação foi entendida como um forte subsídio, mas, ao nos colocarmos num corte cronológico, vemos que nenhum empresário correria o risco de se endividar com um indexador sem saber o que aconteceria com a variação das próprias receitas.

---

## 2. O BNDES

À época de sua criação, em 1952, o BNDES tinha como objetivo principal o financiamento de projetos na área industrial, à luz da política econômica de substituição de importações, entre outras motivações. Essa orientação, entretanto, foi sendo alterada com a percepção de que os setores de Comércio e Serviços são muito mais intensivos em trabalho, ajudando a geração de empregos e, conseqüentemente, a renda dos assalariados, o que ocasionou um incremento de desembolsos nesses setores.

Assim, o banco se tornou o principal instrumento do governo federal para financiar investimentos de longo prazo em todos os setores da economia, sendo um agente indutor de políticas públicas, sobretudo desde a concepção e incorporação do aspecto social a partir dos anos 1980.

As estatísticas do BNDES, disponíveis no portal do banco ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)), seguem a lógica das etapas de tramitação dos projetos de financiamento; mais à frente, comentaremos sobre o jargão próprio do banco, as substanciais diferenças entre “aprovar” e “desembolsar”. Neste momento, convém apresentar as etapas principais, a saber:

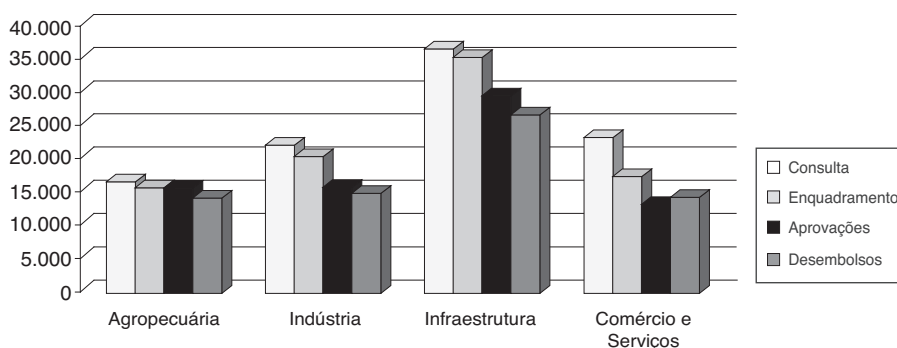
- **Consulta:** primeira etapa do financiamento, na qual o pleiteante informa ao banco o valor pretendido.
- **Enquadramento:** triagem inicial do banco com análise cadastral e da consulta prévia, indicando os projetos que podem prosseguir com o pedido de financiamento.
- **Aprovação:** fase na qual os projetos são detalhadamente analisados e submetidos à diretoria do banco para aprovação.
- **Contratação:** momento em que as documentações finais são examinadas e a confirmação das avaliações das garantias, os

eventuais ajustes finais das taxas e a assinatura do contrato de financiamento são realizados.

- **Desembolso:** etapa na qual ocorre a efetiva liberação dos recursos pelo BNDES.

Segundo os dados mais recentes, o BNDES aprovou, em 2017, R\$75 bilhões em operações, equivalente a 75% das consultas realizadas, o que dá uma dimensão da análise criteriosa e do volume de recursos movimentados pelo banco. Desse total, 40% destinaram-se à infraestrutura, 21% à indústria, 21% à agropecuária e os 18% restantes ao comércio e serviços.

Os desembolsos em 2017, por sua vez, ultrapassaram R\$70 bilhões, tendo sido distribuídos R\$26,8 bilhões à infraestrutura, R\$15 bilhões à indústria, R\$14,5 bilhões ao comércio e serviços e R\$14,4 bilhões à agropecuária.



**GRÁFICO 2.1** Sistema BNDES 2017

*Fonte:* Gráficos e tabelas com dados do BNDES foram elaborados pelo autor com base nos dados divulgados na seção "Relações com Investidores", disponíveis no site: <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/press-release>.

A próxima tabela ilustra a divisão dos recursos do BNDES no que se refere às aprovações e desembolsos por tipo de produto, em uma comparação com os anos de 2016 e 2017. Nota-se a forte presença do

**FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO**

BNDES Finem, que representou 38% das aprovações em 2017, ante os 28% em 2016:

Produto	Aprovações				Desembolsos			
	2016		2017		2016		2017	
BNDES Finem	22.528	28%	28.351	38%	35.283	40%	29.057	41%
BNDES Finame	18.228	23%	23.235	31%	17.688	20%	19.696	28%
BNDES Automático	16.266	21%	17.038	23%	12.854	15%	15.205	21%
Cartão BNDES	5.636	7%	2.682	4%	5.636	6%	2.685	4%
BNDES Exim	15.200	19%	2.727	4%	14.841	17%	2.970	4%
BNDES Mercado de Capitais	763	1%	328	0%	1.361	2%	574	1%
BNDES Não Reembolsáveis	462	1%	489	1%	441	0%	485	1%
BNDES Microcrédito	145	0%	22	0%	151	0%	78	0%
Total	79.228	100%	74.872	100%	88.255	100%	70.750	100%

Por conta da crise econômica de 2014 a 2017, além dos excessos praticados com os clientes “campeões nacionais”, observou-se um declínio no número de operações realizadas pelo BNDES a partir do aumento no rigor nas análises de crédito, visando minimizar os riscos de avaliação duvidosa. Veja a tabela a seguir:

	Número de Operações Anuais — Sistema BNDES									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Micro	118.970	265.975	425.470	643.478	775.730	864.152	823.048	698.342	421.897	185.478
Pequena	38.457	72.318	93.766	136.630	152.619	172.834	191.512	169.177	107.117	115.852
Média	22.431	28.725	47.308	63.039	61.269	64.262	72.281	58.659	42.431	65.561
Grande	24.183	23.711	43.350	53.299	38.822	43.014	43.361	28.030	26.120	16.948
Total	204.041	390.729	609.894	896.446	1.028.440	1.144.262	1.130.202	954.208	597.565	383.839

No primeiro semestre de 2018, três fatos ainda impactaram o processo de recuperação da economia brasileira: as elevadas incertezas do ano eleitoral, o aumento das taxas de juros do exterior e a greve dos caminhoneiros, que teve repercussões materiais e morais. As-

sim, no primeiro semestre de 2018, o BNDES emprestou R\$27,8 bilhões, menor volume em mais de 15 anos; já as consultas subiram 3,5% (R\$49,7 bilhões) em relação ao mesmo período de 2017; os enquadramentos somaram R\$47,5 bilhões, aumento de 9,2%, e as aprovações atingiram R\$30,3 bilhões, queda de 10,1%.

O banco tem procurado afastar a imagem de ser o banco das grandes empresas, com aumento da participação dos financiamentos às MPMEs na composição dos empréstimos do banco. Isso se verificou no primeiro semestre de 2018, quando foram liberados R\$13,5 bilhões ao setor, o que representa 48,6% do total, superior aos R\$13,3 bilhões do primeiro semestre de 2017, quando a participação era 39,7% do total.

Pela ordem de grandeza, o BNDES figura como um dos principais agentes de fomento ao investimento no mundo, comparando-se, inclusive, aos desembolsos do BIRD (Banco Mundial) e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

A origem dos vultosos recursos do BNDES está concentrada no Tesouro Nacional e também na administração dos fundos FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e PIS-PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), que, juntos, totalizam 80% das fontes de financiamento do banco. Somam-se a esses recursos as captações externas, outras fontes governamentais (como o Fundo da Marinha Mercante — FMM —, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS — e seu fundo de investimento — FI-FGTS) e ainda a emissão pública de debêntures da BNDESPAR e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Ressalta-se que 48% dos passivos do BNDES são débitos com o Tesouro Nacional.

Observa-se que, em algum momento, houve reclamação de sindicatos de trabalhadores pelo fato de o BNDES financiar indústrias com pouca geração de empregos, como as montadoras de automóveis, nas quais a montagem é operada por robôs em galpões escuros, uma vez que não precisam de iluminação para trabalhar. Assim, in-

diretamente, a crítica dos trabalhadores é que seus próprios recursos, de forma indireta, estariam financiando o desemprego. Essa constatação foi também uma motivação para o BNDES valorizar a criação de emprego e justificar o “S” de Social em seu nome.

---

### 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES DE FOMENTO

Um dos objetivos deste livro é desmistificar o pleito de financiamento de longo prazo, seja qual for a instituição consultada, pois os itens essenciais são comuns a todas as apresentações de projetos, não só no Brasil como no exterior. Por uma razão didática, neste livro estamos apresentando a maioria dos exemplos com referência aos pleitos ao BNDES, em particular os projetos submetidos ao BNDES Finem que, como vimos anteriormente, respondem por cerca de 40% do volume de desembolsos do BNDES.

Adicionalmente, podemos mencionar as seguintes instituições, com características específicas de apoio, mas cujas formas de apresentação são bastante semelhantes quando se objetiva um financiamento de longo prazo:

- **IFC — International Finance Corporation:** é o braço do Banco Mundial para apoio à iniciativa privada, com abrangência internacional e bem atuante no Brasil.
- **Finep — Financiadora de Estudos e Projetos:** atende a investimentos ligados à tecnologia e pesquisa, de caráter nacional.
- **Agências de fomento estaduais ou regionais:** como mencionado, estas agências dispõem de recursos próprios e também atuam como intermediárias do BNDES Automático, substituindo a necessidade do banco comercial repassador.

## IFC — International Finance Corporation

O IFC foi criado em 1956, com 12 funcionários e um capital inicial de US\$100 milhões. Na origem do IFC está o reconhecimento, por parte do Banco Mundial, da inadequação de seus instrumentos para apoiar a iniciativa privada em países pobres e em desenvolvimento. Na verdade, alguns dos elementos que mais tarde iriam compor as características essenciais do IFC já se encontravam nas discussões de Bretton Woods, em 1944 (quando foram criados o Fundo Monetário Internacional — FMI — e o Banco Mundial), embora não tenha sido considerada, naquele momento, a criação de uma instituição afiliada ao Banco Mundial com as características do IFC. O que se discutia, então, era a extensão dos poderes do Banco Mundial para financiar também projetos da iniciativa privada.

As raízes do IFC podem ser identificadas em um documento submetido pelo *United States International Development Advisory Board* — então chefiado por Nelson A. Rockefeller — ao presidente dos Estados Unidos, em 7 de março de 1951. Nesse documento, denominado *Partners in Progress*, o *Board* expressava sua concordância com o anterior *Gray Report* de 1950 e a afirmação nele contida de uma “crença na importância fundamental do capital privado”.

No documento que lhe deu origem, foram estabelecidas duas linhas básicas de atuação, que passariam a caracterizá-lo desde a sua fundação:

- apoio financeiro a empresas privadas sem a necessidade de garantia governamental; e
- possibilidade de adquirir participação acionária em empresas privadas que necessitassem de apoio, desde que não envolvesse ações com direito a voto.

A segunda característica tinha como objetivo impedir que o IFC assumisse o controle de empresas privadas. Assim, caso a empresa



em que investiu se mostrasse lucrativa, o IFC deveria vender a sua participação para agentes privados.

Atualmente, o IFC<sup>1</sup> tem como foco encorajar o crescimento econômico sustentável em países em desenvolvimento, financiando investimentos do setor privado, mobilizando capital no mercado financeiro internacional e prestando serviços de consultoria para governos e empresas que visem implantar projetos de desenvolvimento.

O órgão financia projetos que capacitem empresas e instituições financeiras de mercados emergentes a promoverem o desenvolvimento local por meio da criação de empregos, produtos, serviços e impostos, melhoria do ambiente de mercado e da governança corporativa.

O IFC é um membro do grupo Banco Mundial, que engloba mais quatro instituições de propriedade dos 187 países-membros, a saber:

- BIRD — Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
- AID — Associação Internacional de Desenvolvimento;
- AMGI — Agência Multilateral de Garantia de Investimentos;
- CIADI — Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos.

O IFC visa a promoção do desenvolvimento econômico pelo setor privado, com preferência a projetos que causem impacto regional com benefícios à economia local. Junto a alguns parceiros de negócios, o IFC investe em projetos rentáveis e sustentáveis em países em desenvolvimento sem a necessidade de garantias governamentais.

O financiamento direto ao setor privado é o que diferencia o IFC do Banco Mundial. Apesar de fazer parte do Banco Mundial e ter suas ações coordenadas com as outras atividades do banco, o IFC é

---

<sup>1</sup> Site oficial do órgão: <http://www.ifc.org/>

jurídica e financeiramente independente. Seus recursos são administrados pelo setor privado, de modo que, como qualquer outro investidor ou prestador do setor privado, o IFC visa a lucratividade, estabelece custos para seus empréstimos e serviços de acordo com a média do mercado e compartilha riscos com seus parceiros.

O fundo compartilhado atualmente é de US\$2,4 bilhões, formado pelos 182 países-membros que, através do conselho da instituição, determinam e aprovam coletivamente cada investimento. As regiões em que o IFC atua são: África Subsaariana, leste da Ásia e Pacífico, sul da Ásia, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe e leste e norte da África.

O órgão oferece produtos e serviços financeiros e desenvolve produtos que auxiliam as empresas no gerenciamento de riscos e no acesso a mercados financeiros nacionais e internacionais. Os serviços de investimento oferecidos incluem:

- empréstimos diretos do IFC;
- empréstimos sindicalizados;
- *equity finance*;
- *quasi-equity finance*;
- fundos de dívida e fundos *equity*;
- *structured finance*;
- serviços de intermediação financeira;
- gestão de risco;
- financiamento em moeda local;
- finanças subnacionais; e
- *trade finance*.

Para ser elegível ao financiamento do IFC, o projeto precisa respeitar os seguintes critérios:

1. estar localizado em um país em desenvolvimento membro do IFC;
2. pertencer ao setor privado;
3. ser tecnicamente viável;
4. ter boas perspectivas de lucratividade;
5. trazer benefícios para a economia local; e
6. ser social e ambientalmente viável, satisfazendo os padrões de sustentabilidade do IFC e do país em questão.

O IFC não realiza empréstimos diretamente para micro, pequenas e médias empresas ou empresários individuais. O financiamento para esses tipos de empresa pode ser feito por clientes do órgão que atuam como intermediários financeiros.

Para que uma empresa receba financiamento, é necessário o envio de uma proposta do projeto pretendido para o IFC que, após uma análise inicial, pode solicitar um estudo de viabilidade ou um detalhamento do plano de negócios.

O ciclo de projeto passa por algumas etapas:

1. pedido de financiamento por parte da empresa;
2. aprovação do projeto pelo IFC;
3. notificação pública;
4. revisão pela mesa diretora e aprovação;
5. mobilização de recursos;

6. compromisso legal;
7. empréstimo;
8. supervisão; e
9. conclusão.

Apesar de financiar, principalmente, projetos do setor privado, o IFC pode conceder empréstimos para companhias de capital misto (com participação governamental), contanto que haja participação do setor privado e o empreendimento seja lucrativo. O órgão também oferece recursos a empresas que tenham propostas inovadoras em biodiversidade, energia sustentável e responsabilidade corporativa. Esses incentivos normalmente são disponibilizados em quantias menores, se comparados aos investimentos tradicionais do IFC, e destinam-se a ajudar os beneficiários a demonstrar a viabilidade comercial de novas abordagens para a sustentabilidade.

O IFC busca parceiros para *joint ventures* e consegue maiores recursos para o financiamento por meio do incentivo a outras instituições para coinvestir em projetos selecionados pelo órgão. A mobilização de recursos — catalisando recursos de investidores e financiadores privados para projetos do setor privado nos países em desenvolvimento — é uma das principais funções do IFC.

Para assegurar a participação de investidores e financiadoras do setor privado, o IFC limita o montante total de capital a ser emprestado, sendo de 25% a 35% do custo total estimado para novos projetos, a depender do porte. Para a expansão de projetos existentes, o IFC pode dispor de até 50% do custo, desde que seu investimento não exceda 25% da capitalização total da empresa que apresenta o projeto.

Conforme informativos disponíveis na homepage do IFC (<http://www.ifc.org>), os setores cujos projetos são abrangidos pelos canais de financiamento do IFC são:

- **Agronegócios e Reflorestamento:** um exemplo de financiamento de projetos ligados ao agronegócio é encontrado na Etiópia, onde o IFC disponibilizou recursos a bancos privados com o intuito de aumentar a escala de seus empréstimos às cooperativas de cafeicultores do país. O IFC tem por objetivo propiciar a produção sustentável da terra, com ganhos de produtividade e transferência tecnológica, prezando pelo uso racional dos recursos naturais. Neste sentido, o órgão atua junto a seus clientes no financiamento e consultoria em todas as etapas do processo produtivo, desde sementes, fertilizantes, produtos químicos com aplicação na agricultura e capital de giro. Para chegar até os pequenos agricultores, em especial nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o IFC canaliza financiamentos e demais serviços a partir de empresas comerciais e intermediários financeiros que tenham por objetivo este perfil de cliente, seja em setores públicos ou privados, inclusive em outros elementos que colaborem com a massificação de uma rede de infraestrutura adequada para o sistema agrícola, como, por exemplo, portos, armazéns, armazenamento refrigerado e telecomunicações.
- **Instituições Financeiras:** nos países em desenvolvimento, 2,5 bilhões de pessoas não têm conta bancária e 200 milhões de empresas não têm acesso ao crédito. O IFC busca promover o aumento da “bancarização” e do acesso ao crédito por intermédio de instituições financeiras, que, por sua vez, serão capazes de propiciar tais condições aos indivíduos e empresas que não possuem acesso direto ao IFC. Para fazer isso, o IFC trabalha com cerca de 800

instituições financeiras com diversos produtos como, por exemplo, financiamento, assessoria financeira e seguros. Levando em conta o entendimento de que mercados financeiros eficientes auxiliam na alocação de recursos em projetos produtivos, com a criação de empregos e estímulo ao crescimento econômico, o alcance do IFC pode ser medido pela capilaridade de seus clientes, que, em 2015, foram capazes de realizar 7,6 milhões de empréstimos para pequenas empresas no valor de US\$243 bilhões, além de executarem 51 milhões de operações de microcréditos para pessoas físicas no valor de US\$59 bilhões.

- **Fundos:** nos países em desenvolvimento, a falta de capital limita o crescimento econômico e desestimula o empreendedorismo. Assim, ao fornecer capital em mercados emergentes, o IFC tenta exercer um papel crítico no desenvolvimento, ajudando a construir empresas mais dinâmicas, geradoras de emprego e renda, e fortalecendo a classe média. Neste sentido, o órgão trabalha com fundos de *private equity* que podem causar um impacto significativo no crescimento das empresas investidas. Estima-se que estes investimentos geraram 300 mil novos empregos nos últimos dez anos, sendo que, desde 2007, mais da metade dos fundos apoiados pelo IFC estão nos países mais pobres do mundo, sendo 65% das empresas apoiadas de pequeno ou médio porte.
- **Saúde e Educação:** esse é o setor considerado prioritário pelo IFC, pois a expansão do acesso a serviços de saúde e educação é um elemento central de qualquer estratégia para eliminar a pobreza e reduzir a desigualdade. A demanda por assistência médica está crescendo rapidamente nos países em desenvolvimento. Com o aumento da classe média e da expectativa de vida, os gastos com saúde também são elevados. O IFC investe em empresas que trabalham para levar as melhores práticas aos

serviços de saúde e ciências da vida, e que estão inovando para adaptar tecnologias e processos para controlar custos e atender a mercados emergentes. Na educação, o número de estudantes do ensino superior está projetado para mais do que o dobro até 2025; a maior parte desse crescimento virá dos países emergentes, assim como a necessidade de redução do número de crianças e jovens fora da escola. Neste sentido, o IFC desenvolve parcerias com organizações privadas com o intuito de aumentar o acesso a serviços de saúde de qualidade e a educação para pessoas de todos os níveis de renda. Para aliviar a carga sobre a saúde pública e a educação, o IFC também trabalha em estreita colaboração com o Banco Mundial e os governos dos países em desenvolvimento para projetar e adequar estratégias que atendam às necessidades dos países que não dispõem de recursos para a prestação de tais serviços à totalidade da população.

- **Infraestrutura:** outra área de maior destaque para o IFC é a de infraestrutura. Hoje o IFC intensifica seus investimentos em setores de infraestrutura que tenham maior impacto sobre a população de baixa renda dos países em desenvolvimento. Por causa do aumento do interesse do IFC pelos impactos da mudança climática, seus recursos estão cada vez mais orientados para projetos de energia renovável e eficiência energética. Um dos principais focos tem sido o apoio a projetos que tornem a água própria para o consumo humano. O órgão financia capital novo e renegocia dívidas para projetos nesta área, incluindo iniciativas em estágio inicial, contando ainda com a mobilização de bancos comerciais parceiros para elevar o alcance dessa distribuição. Na área da energia, o IFC financia projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma série de tecnologias, com ênfase em energia limpa e eficiente. Nos transportes, os investimentos do IFC ajudam na moder-

nização de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e outras infraestruturas de transporte que podem impulsionar o comércio internacional e aliviar o congestionamento urbano, além de outras soluções urbanísticas que envolvam o transporte urbano, iluminação pública e moradia a preços acessíveis, bem como a expansão do acesso à água potável e melhorias no saneamento nos países em desenvolvimento.

- **Indústria:** o setor industrial tem um relevante papel na criação de empregos, no crescimento econômico e na melhoria dos padrões de vida. Além de gerar renda mais alta por meio de ganhos de emprego e produtividade, os avanços na fabricação ajudam a melhorar os padrões de vida por meio da inovação e a manter baixos os preços dos produtos. O IFC se concentra nas indústrias-chave que formam a base do crescimento sustentável e fornecem bens e serviços acessíveis para os consumidores, objetivando a geração de empregos, o aumento da produtividade, o estímulo às empresas de pequeno e médio porte, se pautando pelas diretrizes da sustentabilidade socioambiental e priorizando a promoção de indústrias competitivas, o aumento da renda e a transferência tecnológica. Esses setores incluem materiais de construção, varejo, turismo e imobiliário, que dão apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, além da indústria farmacêutica, que gera iniciativas acessíveis à promoção da saúde, e também produtos florestais e máquinas que consomem menos energia.
- **Óleo, Gás e Mineração:** as indústrias voltadas para a extração de recursos naturais representam uma das principais fontes de emprego e receita para o governo em diversos países em desenvolvimento. A meta do IFC neste segmento é auxiliar esses países na exploração desses recursos com a promoção de fontes de energia sustentáveis, a partir de uma visão de longo prazo.